

MovementΘ especial
Dezembro 2006 €1

Agriculturas



]movE[- movimento Aberto por outra vida na Escola

EDITORIAL

Esta é mais uma edição especial do *MovementΘ*, elaborada a pensar nas “Conversas entre a ciência e a sociedade”.

Partimos para esta “2ª conversa” com a confiança que nos dá o sucesso da primeira iniciativa deste ciclo, onde a qualidade das intervenções e do conteúdo da discussão (bastante participada) apenas nos pode deixar animados. Nesse encontro, sobre “o Rural”, foi possível juntar várias dezenas de pessoas – alunos, professores, funcionários e até pessoas que nada têm a ver com o ISA – para “sair da sala de aulas” e pensar em conjunto sobre temas que dizem respeito a todos. Quem por lá passou sentiu que estamos perante esta urgência. Foi talvez por isso que muitas pessoas – na mesa e na plateia – gastaram algum do seu tempo a falar nos “muros” que, simbolicamente, vão sendo levantados na Escola, no seu interior e na sua relação com a realidade quotidiana. É também assim que medimos o êxito daquilo que vamos fazendo: o que se discute e como se discute não é, para nós, indiferente.

É assim que damos continuidade a esta ideia, escolhendo um *plural* que nos parece fundamental e tantas vezes esquecido nas aulas e nos debates que vão, lentamente, tendo lugar. As “Agriculturas” que percorrem o país e o mundo são agora o desafio para esta conversa: porque estamos cansados de ver ignorada a evidência de que há mais agricultura para além do modelo que ainda vai dominando o contexto europeu e ocidental; porque há outras relações com a actividade agrícola, noutras partes do mundo (e até bem perto de nós), que exigem reflexão; porque há demasiada gente no mundo que, dependendo directamente da agricultura para viver, está votada à pobreza ou ao êxodo.

Nestas páginas reunimos textos em torno das reflexões que projectamos para o debate, muitas vezes pela caneta dos próprios intervenientes. Queremos, assim, colaborar na continuidade dos interesses despertados por estas conversas, procurando contribuições que não escondem que a ciência é feita de escolhas – nas questões que coloca ou nos métodos que utiliza e, portanto, nas conclusões a que chega. E que essas conclusões têm impacte na vida das pessoas. E que não são apenas “verdades”, pretensamente produzidas “fora” da sociedade que as vê nascer.

As “Conversas entre a ciência e a sociedade” arriscam esta provocação: tornar evidente as relações entre a produção científica e as suas opções e o mundo em que vivemos. Pelo caminho, afirmamos o prazer de aprender. Discutindo.

EXCERTO DO TEXTO "SEGURANÇA ALIMENTAR. CONCEITO E PERSPECTIVAS" PUBLICADO EM *AGRICULTURA EM ANGOLA DESAFIOS PERSPECTIVAS*, PP 28-35, ISA PRESS, 2004.

Nos últimos decénios a taxa de crescimento da produção de alimentos foi sempre superior à taxa de crescimento da população. Esta afirmação recobre realidades muito distintas. Se descermos o nível da análise para as grandes regiões veremos que ela não é verdadeira, principalmente na África subsahariana onde o crescimento populacional levou a uma descida das disponibilidades alimentares *per capita*. O imenso progresso agrícola e alimentar registado foi centrado nos países desenvolvidos e nas regiões onde a "revolução verde" alcançou o seu maior impacto. Apesar do aumento da população mundial em cerca de 70%, produz-se hoje 17% mais calorias *per capita* do que se produzia há trinta anos.

No entanto persistem situações de grave carência alimentar e nutricional em todo o mundo, com incidência maior nos países em desenvolvimento e dentro destes nas zonas rurais.¹

Cerca de 75% das pessoas subalimentadas do mundo são agricultores pobres ou ex agricultores que face às dificuldades emigraram para a periferia das cidades.

Muitas zonas do mundo e em especial a África subsahariana ficaram fora do movimento de modernização agrícola e entram no século XXI em condições de profunda desigualdade, no momento em que se aprofunda a liberalização do comércio dos produtos agrícolas e alimentares.

O direito à alimentação é reconhecido desde 1948 como um direito humano básico na Declaração Universal dos Direitos Humanos e reafirmado em 1996 na declaração saída da cimeira mundial da alimentação na qual se pode ler "reafirmamos o direito de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito fundamental de não sofrer de fome"²

Não se dispõem de mecanismos que tornem efectivo o direito à alimentação, mas a sua existência implica que os Estados e os governos tem obrigação de assegurar que todas as pessoas tenham o mínimo de disponibilidades alimentares para a sua sobrevivência.

Desde sempre que a questão alimentar é objecto de políticas públicas e o papel central do Estado na questão continua a ser essencial para que se caminhe no cumprimento do direito à alimentação que é base de todos os outros.

Acresce que a configuração económica e social de cada país depende do papel central que o sistema alimentar, que engloba todas as actividades relativas à produção, transformação e consumo dos alimentos, nele desempenha e no conjunto de direitos que lhe está associado, desde o acesso à terra até às políticas públicas de distribuição e consumo dos alimentos.

Em 1996 realizou-se a Cimeira Mundial da Alimentação que deu origem à Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial.

Nesse documento é considerado "intolerável que mais de 800 milhões de pessoas de todo o mundo e em particular nos países em desenvolvimento, não disponham de alimentos suficientes para satisfazer as suas necessidades nutricionais básicas" e definiu-se o conceito de segurança

¹ Ver FAO *El Estado mundial de la agricultura y la alimentación. Enseñanzas de los cincuenta últimos años*, 2000

² F.A.O Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial.1996

alimentar como “uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo possuam acesso físico, social e económico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva que atenda as suas necessidades energéticas e preferências alimentares para uma vida activa e saudável”³.

O conceito assim definido abarca objectivos específicos: A disponibilidade, a estabilidade e o acesso. Ao nível nacional a disponibilidade é dada pela produção nacional mais a importação comercial de alimentos mais a ajuda alimentar. O factor essencial para a segurança alimentar é na África subsahariana o aumento da produção interna visto que terá efeitos na auto subsistência e na disponibilidade e preços dos bens alimentares para o mercado.

A instabilidade pode acontecer por causas naturais, por dificuldades de armazenagem ou por variações de preços.

O acesso material e económico aos alimentos é, no presente, o vector principal para explicar a falta de segurança alimentar. Para Amartya Sen, “a verdadeira questão não é a disponibilidade total de alimentos mas o seu acesso pelos indivíduos e as famílias. Se uma pessoa tem falta de meios para adquirir a alimentação, a presença de alimentos nos mercados, não é uma grande consolação”⁴. Existe, assim, uma estreita ligação entre a pobreza e a insegurança alimentar.

Na mesma cimeira foi aprovado um plano de acção com o objectivo imediato de reduzir o número de pessoas em estado de subnutrição para metade até ao ano de 2015. Desde a cimeira foram lançados pela FAO muitos programas especiais de segurança alimentar por país e mais recentemente os programas regionais.

Não há duvida que a cimeira de 1996 provocou uma nova chamada de atenção para a questão alimentar e para a continuação de desnutrição e fome que perduram no mundo, apesar do enorme progresso na produção agrícola e alimentar. Cinco anos depois da cimeira da alimentação, apesar dos progressos registados, nova reunião da FAO assinala que o ritmo alcançado não irá permitir cumprir os objectivos desenhados em 1996 e reafirmados na Declaração do Milénio.

O conceito definido na cimeira mundial da alimentação foi objecto do consenso internacional e é utilizado pelas organizações das Nações Unidas.

“A FAO estima que em 1999–2001 havia em todo o mundo 842 milhões de pessoas subnutridas. Este número compreende 10 milhões nos países industrializados, 34 milhões em países em transição e 798 milhões nos países em desenvolvimento.”⁵

Nos últimos cinco anos aumentou o número de pessoas subnutridas na África e médio oriente e diminuiu nas outras regiões.

Apresenta-se particularmente preocupante a evolução na África subsahariana que passou, em dez anos, de 165,5 para 198,4 milhões de pessoas na situação de subnutrição.

Esta situação exige colocar a segurança alimentar no coração das políticas públicas.

Tal como a segurança a insegurança alimentar pode ser analisada a diferentes níveis. A nível nacional, regional e das famílias e indivíduos.

³ F.A.O Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial.1996

⁴ Sen, Amartya, *Pobreza e Fomes. Um ensaio sobre direitos e privações* Lisboa Terramar 1999, 355 p.

⁵ FAO *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo*, 2003, 36 p.

Quando se analisa a insegurança alimentar, esta pode ser permanente ou temporária. Na permanente estamos em presença de pessoas e grupos que não tem acesso aos alimentos que necessitam nem pela produção própria nem pela possibilidade de os adquirir nos mercados. A temporária decorre da instabilidade da produção devido a causas naturais, secas, inundações, pragas, ou provocadas, guerras conflitos com deslocação das pessoas ou variação súbita dos preços que impedem o recurso aos mercados. Para a insegurança temporária é sempre necessário recorrer à ajuda de emergência que permita salvar as vidas humanas e recompor as populações. A Insegurança permanente exige que o conjunto das políticas públicas seja desenhado para lhe pôr cobro.

A história dos últimos decénios não tem sido propriamente uma história de êxitos no que concerne ao desenvolvimento e a avanços significativos no combate à insegurança alimentar mas não existirá êxito se novas políticas em relação à agricultura e à produção interna não forem postas em execução.

Sendo o conceito de segurança alimentar um conceito multifacetado em que entram quer variáveis macroeconómicas, quer variáveis que têm a ver com as políticas de emprego, saúde e educação, não existe dúvida que uma aposta decidida na agricultura traz efeito a vários níveis da sociedade desde o emprego aos preços dos produtos alimentares que tem efeito multiplicador sobre o conjunto da sociedade.

O crescimento da produção agrícola e alimentar não é uma opção de política, é uma necessidade absoluta.

Para países em que a maioria da população vive em regiões rurais a agricultura é o sector onde se pode acelerar o crescimento simultâneo da produção e do emprego, fazendo progredir o resto da economia. Para que as acções sobre a agricultura possam ter êxito, o funcionamento dos mercados é fundamental. De contrário a uma subida da produção pode não suceder um aumento dos rendimentos com reflexos imediatos na descida das produções. A questão do mercado é determinante para o êxito das políticas de apoio aos agricultores familiares pobres, e muitas vezes isso é esquecido.



Resta afirmar a convicção que a construção de uma estratégia nacional de segurança alimentar exige que o Estado seja o grande regulador da actividade económica e desenhe políticas públicas de apoio aos mais fragilizados que são sem dúvida as populações rurais que tiram o seu sustento da agricultura.

Professor Carlos Cabral (Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA)

EXCERTO DO TEXTO "DE SERVIÇAL A CAMONÊS : A PERSISTÊNCIA DAS DESIGUALDADES SOCIAIS EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE", ACEITE PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA LUSOTOPIE (BORDEAUX: BRILL).

« Esses senhores grandes não querem que a gente pequena levante a cabeça. Nós somos uma semente que está semeada e não querem que nós levantemos a cabeça. [...] Enquanto eles, como são árvores grandes, estão a cobrir-nos só. Então esses senhores só olham para eles, não olham para um gajo aqui em baixo. Se estivessem a olhar para a gente aqui em baixo não estaria a haver baixa de produção agrícola no nosso país, porque a gente também teria condições de lutar pela agricultura. [...] Consciência é que lá em cima não têm. A chuva está a cair e eles estão pondo só guarda-chuva para aparar a água. Nem essa água que é da chuva que vai cair querem que chegue aqui em baixo. [...] O governo não está a ver a base, não está a ver base com os olhos. Para eles [a] base pode basear tudo ! »
(S. Joaquim, 6 de Outubro de 2005).

Visitando as comunidades surgidas nas dependências das antigas roças após o processo de privatização da terra, ainda podemos sentir, trinta anos após a independência, a distância social que separava os habitantes da « casa grande » dos da « sanzala » (comboio em STP). Porém, o tempo e a incúria dos dirigentes santomenses encarregaram-se de esbater as fronteiras entre os edifícios senhoriais localizados nos pontos mais altos do terreiro da roça e as habitações exíguas dos trabalhadores de campo.

Mas mais do que a degradação das residências e infra-estruturas sociais, o que realmente choca são os sintomas de anomia social claramente visíveis nas populações mais isoladas e situadas em zonas de baixa produtividade agrícola. Sentados nas soleiras das portas, com o olhar parado no tempo, parecem abandonar-se à fatalidade da condição social de ex-serviçais que lhes foi imposta e da qual não se conseguiram libertar. Nestas comunidades, o consumo de álcool e os roubos de produtos agrícolas e de animais domésticos são relatados como elevados. A diversidade de situações é, todavia, enorme e podemos também deparar-nos com comunidades dinâmicas do ponto de vista social e produtivo, em que a dureza das condições actuais, e de toda uma vida, não foi suficiente para derrotar o espírito de sobrevivência e de iniciativa. Por outro lado, a imagem colorida e de « vida » transmitida pelas casas e infra-estruturas sociais contruídas em algumas comunidades com fundos comunitários do programa STABEX (Stabilization of Exports System), nem sempre corresponde a um tecido social estruturado e dinâmico.

A compreensão desta realidade variada e de contornos extremados só será possível a partir do estudo dos processos históricos a que a unidade territorial dependência de roça/empresa estatal foi sujeita e da data e do grau de justiça social com que decorreu o processo de privatização da terra. Outros factores relevantes serão as condições de acesso ao mercado, a composição sócio-cultural do tecido social das comunidades, a dinâmica de grupo criada – após o vazio de poder deixado pela queda do aparelho repressivo das roças e, mais recentemente, do aparelho burocrático-administrativo das empresas estatais, desincentivadores de qualquer tipo de organização – e o potencial papel desempenhado por organizações da sociedade civil na criação de mecanismos de auto-ajuda e de empowerment.

O processo de privatização da terra introduziu novas dinâmicas sociais, por um lado, ao acentuar as desigualdades entre um reduzido grupo de forros e o resto da população e, por outro, ao esbater as fronteiras sociais, económicas e culturais entre os grupos mais desfavorecidos dos antigos trabalhadores agrícolas das roças (nomeadamente os cabo-verdianos e seus descendentes), os angolares (também « nativos », mas desde sempre marginalizados) e uma franja de forros

pobres⁶ e sem relações de parentesco ou clientelares com a elite no poder, que passaram a trabalhar a terra como forma principal de sustento.

Se o apogeu das plantações coloniais foi conseguido à custa de mão-de-obra contratada – importada de Angola, Moçambique e Cabo Verde –, dado que os forros desde sempre se recusaram a trabalhar a terra nas roças, o processo de socialização da economia que sucedeu à independência serviu a este mesmo grupo sócio-cultural para se apoderar do aparelho administrativo das então empresas estatais e ampliá-lo. É esta participação no trabalho das plantações que lhes vai legitimar o acesso a lotes de terra aquando da privatização, diminuindo assim a sustentabilidade económica das explorações das famílias dos ex-contratados (na maioria cabo-verdianos), que não puderam após a independência regressar aos seus países de origem (ou dos seus progenitores). Paralelamente, os forros mais próximos do poder apropriam-se de grandes áreas situadas nas zonas mais favoráveis e com cacauzais em produção – as chamadas médias empresas –, sem na sua maioria as viabilizarem economicamente e mantendo em condições de total indigência os trabalhadores, que foram obrigados a permanecer pelo facto de não lhes ter sido atribuída terra.

O discurso público do poder imputa as baixas produções de cacau – principal produto de exportação – àquilo que consideram uma excessiva pulverização da terra imposta pelas instituições de Bretton Woods aquando do ajustamento estrutural, omitindo que não existem dados exactos sobre a participação relativa de pequenos agricultores e médios empresários nas exportações deste produto. Se a estratégia dos médios empresários parece consistir em



atribuir o seu desinvestimento à ausência de financiamentos e subsídios – numa clara atitude assistencialista – e à instabilidade do mercado do cacau, os pequenos agricultores adoptaram estratégias de sobrevivência diversificando a produção e as suas actividades por forma a prover ao sustento das famílias. Para estes agricultores, o desafio consiste não só em desenvolver uma actividade económica viável, mas sobretudo em criar poderes locais nas « comunidades » surgidas no vazio deixado pelo fim do modelo de organização social das plantações (roças/empresas estatais), por forma a terem capacidade de manobra para reivindicar o apoio do Estado e das ONGs na implementação de serviços sociais.

Chegados a São Tomé e Príncipe somos de imediato confrontados, pelo poder da repetição, com duas expressões – « leve-leve » e « paulatinamente » – que caracterizam o modo de estar dos santomenses, mas também a cultura e a prática políticas da sua elite. Paulatinamente é um

⁶ Repare-se que os testemunhos mais críticos, em relação à classe dirigente e aos agentes externos, foram proferidos por pequenos agricultores forros.

advérbio que em Portugal caiu em desuso, mas que neste país adquire um lugar proeminente no discurso oral e até escrito. Seibert (2001a : 318) alega que, « do topo à base, a administração pública enferma de uma mentalidade e atitudes provavelmente incompatíveis com qualquer perspectiva de desenvolvimento. Esta conduta, caracterizada por uma falta de dinamismo e de indolência geral, é localmente descrita como leve-leve e define virtualmente o modo de vida dos são-tomenses, particularmente os forros ». Esta atitude « leve-leve » estende-se igualmente ao conformismo geral em relação à extrema corrupção dos dirigentes. Em qualquer local da administração pública podem ser-nos contados, abertamente e a título de anedota, os casos mais extravagantes de desvios de fundos públicos praticados por altos dirigentes ou pelo colega do lado. No restaurante, entre duas garfadas, podemos ouvir a conversa em voz alta de responsáveis do país a definir os detalhes de mais um qualquer negócio fraudulento. O Gabinete de Reforma Fundiária entrega-nos a lista de beneficiários da terra de todas as comunidades solicitadas, sem qualquer pudor em relação ao facto de numa delas constarem os nomes de sete dos seus funcionários, que ilicitamente se apropriaram dos melhores lotes.

O senso comum leva-nos a acreditar que a transparência e a liberdade de opinião conduzem à boa governação e que altos níveis de corrupção só serão compatíveis no quadro de um Estado autoritário. Mas tal não acontece em São Tomé e Príncipe, onde a transparência convive com a corrupção, o clientelismo e a inexistência de quaisquer preocupações com questões de equidade e justiça social por parte dos dirigentes e onde a maioria da população não tem qualquer consciência dos seus direitos cívicos.

A máquina « anti-política » (Ferguson 1994) dos doadores propaga a retórica da boa-governação e da luta contra a pobreza, mas manifesta um autismo total em relação à forma como os fundos de desenvolvimento são aplicados. A « economia dissipativa » (Schiefer 2002) gerada pela ajuda ao desenvolvimento tem apoiado um processo de crescente empobrecimento da grande maioria da população e alargado o fosso que a separa de uma reduzida elite local poderosa e inamovível.

Subscrevendo as palavras de Baptista, as elites políticas africanas representam na actualidade

« um obstáculo para ensaiar modelos de desenvolvimento alternativos à actual sujeição passiva aos fluxos económicos e financeiros internacionais, que parece condenar os camponeses africanos a uma situação permanentemente dramática. A articulação das elites aos interesses internacionais, nomeadamente como negociadoras da cedência dos recursos e mercados dos seus países, torna-as úteis à ordem económica mundial. Desta utilidade tiram a capacidade de se manter no controlo dos Estados e de irem dispondo do mercado dos negócios de média dimensão » (2001 : 143).

Paulatinamente e de forma « leve-leve » tudo se faz neste país, do trabalho à corrupção. Só os pequenos agricultores é que são obrigados a imprimir novos ritmos à sua actividade – por vezes à custa do equilíbrio ambiental –, se quiserem sair do ciclo de extrema pobreza a que muitos estão votados desde o tempo em que foram trazidos compulsivamente dos seus países de origem para serem servçais nas roças ou mesmo desde o seu nascimento, que lhes deixou de herança essa condição servil.

PERMACULTURA

“Cuidar da Terra, cuidar dos homens e compartilhar os excedentes”

A Permacultura (agricultura permanente) é a construção de sistemas, que criem habitats sustentáveis através da utilização de padrões da natureza, aplica-se principalmente à agricultura, silvicultura e arquitectura.

É uma filosofia que foi criada na década de 70 por Bill Mollison, um australiano que tinha por objectivo evitar a destruição crescente dos recursos naturais.

Baseia-se em 3 grandes princípios:

Cuidar da Terra – Reconhecer que a terra é a fonte de toda a vida, respeitá-la e aceitar que fazemos parte dela.

Cuidar das pessoas – Todos os seres humanos têm o dever de procurar e o direito a receber alimento, abrigo, cuidados de saúde, amor, educação, e trabalho.

Aplicar limites ao consumo e partilhar os recursos.

Cuidar da terra e das pessoas só é possível se existir colaboração entre todos, partilhando os infindáveis recursos que o Universo nos proporciona, no entanto, para que estes recursos sejam equitativamente distribuídos no tempo e no espaço é necessário que cada individuo saiba o que é ter o suficiente e tenha somente o suficiente. Visa-se a cooperação em vez de competição, integração em vez de fragmentação.

Permacultura não é uma filosofia Romântica que pede um retorno ao passado, mas algo que une os conhecimentos seculares à ciência moderna.

A Permacultura tenta tornar-se simbiótica com o meio ambiente, dando assim uma resposta ao inviável parasitismo da agricultura moderna.

Devido ao isolamento a que Cuba foi sujeita, principalmente no início dos anos 90 depois da queda da União soviética, a produção Organopónica uma junção de Permacultura e Agricultura Urbana, tornou-se uma importante solução para preencher os défices de produtos alimentares.



Hoje em dia 50% dos alimentos consumidos pelos habitantes de Havana, com 2,2 milhões de pessoas, são produzidos na zona urbana e periurbana da cidade, utilizando métodos que não destruam os recursos naturais. O povo de Havana construiu hortas nas varandas, pátios, jardins e parques, utilizando o mínimo de energia possível.

“Temos de seguir os ciclos naturais, para assim termos a natureza a trabalhar para nós. Trabalhar contra a natureza, exige um enorme dispêndio de energia.” Roberto Sanchez, membro da Fundação Cubana para a Natureza e Humanidade.

Pedro Varela (aluno de Arquitectura Paisagista)

AGRICULTURA BIOLÓGICA

Introdução

Hoje em dia, o termo Agricultura Biológica já é vulgar. No entanto, muitas vezes não é entendido na sua totalidade. Quando se ouve falar de Agricultura Biológica, normalmente pensa-se numa agricultura que não usa adubos e pesticidas químicos de síntese. Apesar de isto ser verdade, a Agricultura Biológica é muito mais do que isso.

A Agricultura Biológica é um modo de produção agrícola, que procura ser ecológico tanto quanto possível, baseando-se no funcionamento do ecossistema agrário, e utilizando práticas agrícolas que fomentam o equilíbrio desse ecossistema e a melhoria da fertilidade do solo. O conceito de solo como um sistema vivo, que promove a actividade dos organismos úteis, é fundamental dado que é esta componente biológica do solo, que muitas vezes não é devidamente valorizada, que permite uma agricultura menos dependente de adubos e de pesticidas.

Em linguagem simples podemos dizer que a Agricultura Biológica, devido às técnicas que utiliza, é uma agricultura essencialmente preventiva, tendo em conta que é sempre mais fácil prevenir do que remediar.

Hoje em dia é um dado adquirido que temos de preservar o ambiente para, no futuro, podermos continuar a viver neste planeta. Por outro lado, temos de alimentar uma população em crescimento e que recentemente ultrapassou os 6 mil milhões. O que muitos ainda não conceberam, é que isto só é possível conciliando as duas componentes. Não faz sentido existirem, por um lado, reservas ambientais onde tudo é protegido mas onde não se produzem alimentos e, por outro, os campos agrícolas com elevadas produtividades, mas que a excessiva intensificação compromete a fertilidade do solo, no seu sentido mais global, e conseqüentemente, a produção futura.

A Agricultura Biológica tem a grande vantagem de conciliar a produção de alimentos de qualidade com a manutenção da fertilidade do solo e com a preservação do ambiente, daí ser considerada por muitos autores como uma das formas de agricultura mais sustentável.

Técnicas

Mas como é que é possível produzir sem a ajuda dos pesticidas químicos de síntese? Em primeiro lugar, ao fazermos uma agricultura mais preventiva reduzimos muito, à partida, os problemas. Apesar disto, quando eles surgem existem algumas armas de que nos podemos socorrer. Por uma questão de falta de espaço, vamos enumerar só algumas técnicas, sendo estas mais ou menos adaptadas às diferentes culturas:

Uma das técnicas essenciais na prevenção de pragas, doenças e infestantes são as tão conhecidas, mas por vezes subvalorizadas, rotações. A sideração ou adubação verde é uma técnica de fertilização importante, principalmente em culturas extensivas. Igualmente importante é a utilização de matéria orgânica de origem animal ou de origem vegetal, depois de transformada pela compostagem. Existem alguns fertilizantes minerais de origem natural que também podem ser usados. Há que ter alguns cuidados com as mobilizações de solo para não acelerar em demasia a mineralização da matéria orgânica e, nomeadamente, evitar a lavoura profunda, dado que, devido à inversão das camadas, esta vai exercer uma influência negativa na microbiologia do solo.

Em termos de protecção, procura-se incrementar a limitação natural, em especial favorecendo os auxiliares, inimigos naturais das pragas e doenças das culturas. Por vezes procede-se mesmo à libertação de auxiliares de modo a controlar certas pragas (luta biológica). Só em último caso se deve recorrer à luta química. Alguns dos produtos mais usados são o cobre e o enxofre como

fungicidas e o óleo de verão, *Bacillus thuringiensis*, óleo de neem e sabão de potássio como insecticidas.

Controlo e certificação

Para que um consumidor, ao comprar um produto de AB, tenha garantias que não está a consumir "gato por lebre", existem organismos privados de controlo e certificação cujo objectivo é, exclusivamente, verificar se os produtores, transformadores e embaladores estão a cumprir as normas da AB. Estas normas para os produtos vegetais e animais estabelecidas no Reg CEE 2092/91 modificado, estão em vigor em toda a União Europeia.

Situação actual

Apesar de ainda muitos considerarem que este tipo de agricultura não é viável para alimentar a população mundial, o que se verifica é que, na verdade, ela se vem impondo cada vez mais em todo o mundo. Nos países desenvolvidos, uma vez que já existe quantidade suficiente de alimentos, investe-se agora fortemente na qualidade. Qualidade não só do ponto de vista do aspecto, mas principalmente em termos de equilíbrio nutricional, teores de minerais e vitaminas, sabor e isenção de resíduos de pesticidas.

No países em vias de desenvolvimento a expansão da AB tem outros motivos. De facto esta é uma das formas de agricultura que melhor tira partido dos recursos naturais, nomeadamente através de uma melhor gestão da fertilidade do solo, contribuindo assim para uma menor dependência em adubos e pesticidas, que nestes países são escassos e muito caros.

Em Portugal em Dezembro de 2005 existiam 1 577 operadores com uma área de 233 000 ha o que representa 0,4 % das explorações agrícolas e 6 % da área agrícola. Enquanto que em percentagem do nº de explorações estamos em último lugar na União Europeia, na percentagem da área estamos quase a meio da tabela. Esta disparidade resulta de em Portugal predominarem as explorações agrícolas de grande dimensão devido ao domínio das culturas extensivas como pastagens, arvenses de sequeiro e olival.

Para mais informações estatísticas consultar -

www.idrha.min-agricultura.pt/agricultura_biologica/dados_estatisticos.htm para os dados nacionais e
- www.organic.aber.ac.uk/statistics/index.shtml para dados mundiais.

Perspectivas futuras

No momento actual perspectiva-se a continuação do crescimento acentuado da agricultura biológica dado que estão reunidas algumas condições para tal nomeadamente:

- 1 - Existe uma preocupação cada vez mais generalizada com a problemática ambiental.
- 2 - Os consumidores estão cada vez mais preocupados com o que ingerem devido aos problemas que têm ocorrido (vacas loucas, dioxinas, hormonas, pesticidas);
- 3 - Apesar de hoje em dia a investigação em agricultura biológica ser ainda reduzida, ela está a aumentar consideravelmente contribuindo para a melhoria das técnicas de produção;
- 4 - O nosso País tem muitas potencialidades para a prática da agricultura biológica pois temos muitas regiões em que predominam sistemas de agricultura tradicionais pouco intensivos e que, como tal, são tecnicamente fáceis de converter.

Apesar de tudo, falta fazer um longo trabalho de desmistificação da agricultura biológica junto de técnicos e de agricultores e também um trabalho de divulgação dos produtos biológicos e das suas vantagens junto dos consumidores.

Engº José Carlos Ferreira (Vice-Presidente da AGROBIO - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica)

2ª conversa AGRICULTURAS 6 de Dezembro

14:00 – Agriculturas no mundo, desigualdade, pobreza e SIDA

Prof. Carlos Cabral (Dep. Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA)

Engª. Marina Temudo (investigadora do Inst. de Investigação Científica Tropical)

Prof. Manoel Andrade (Instituto Politécnico de Bragança)

17:00 – Que agriculturas para o futuro?

Prof. Manuel Correia (Dep. de Agronomia Tropical do ISA)

Engº José Carlos Ferreira (Agrobio)

Prof. Mário Carvalho (Universidade de Évora)

]movE[- movimento Aberto por outra vida na Escola

O]MOVE[quer ser um movimento aberto. Porque acredita que é possível outra vida na Escola. Porque vê na Escola um espaço onde nascem e se discutem novas ideias. Porque espera da Escola mais do que uma rotina onde se aprende e ensina. Porque sabe que é possível juntar pessoas para fazer de outras formas. Porque recusa a "inevitabilidade" de uma Escola onde a tecnocracia vence a vida.

move.aberto@gmail.com

www.move-aberto.blogspot.com